

água, de telefone, de luz e força, atraindo algumas indústrias, construindo Casa da Lavoura, Unidade Sanitária Bivalente, Delegacia e Cadeia, verdadeiro milagre administrativo com um Orçamento que não ultrapassa três milhões de cruzeiros, ficamos cada vez mais convencidos de que a emancipação política, administrativa e econômica de um território municipal das mais sábias providências do regime democrático. Não podemos deixar de fazer uma citação especial ao vice-prefeito cidadão Francisco Antunes que também vem dando uma contribuição esplêndida para o progresso Hereulândia, montando indústrias de laticínios, ajudando financeiramente a manutenção do Hospital que presta assistência aos pobres e prestando seu concurso em outros setores da vida pública local. O vigário da Paróquia, tem saído cooperar com o poder público municipal, haja vista a cessão de prédio para instalação do Ginásio Estadual. A Câmara de Vereadores tem sido unânime no apoio à administração. Nada mais justo, pois, homenageá-los na data rativa da emancipação municipal.

REQUERIMENTO N. 1479 DE 1961

Considerando que a "Fazenda Pirituba" foi adquirida pelo Governador do Estado de São Paulo há mais de 10 anos;
Considerando que sobre o mesmo imóvel — segundo estamos informados — incidia ônus superior ao preço da respectiva aquisição;
Considerando que esta, legitimamente autorizado, objetivava o desenvolvimento da triticultura em nosso Estado;
Considerando que, por essa mesma razão, contratualmente o Estado obrigou a entregá-la ao cidadão Dr. Lino Vincenzi, para que efetivasse a exploração da mesma;
Considerando que, a pretexto de haver o Estado descumprido suas obrigações contratuais, o citado Dr. Lino Vincenzi tentou ação de indenização ao Estado, para se recompor de legados prejuízos;
Considerando que a mencionada "Fazenda Pirituba" — que tem uma área aproximada de 8.000 alqueires de terras de cultiva — segundo nos consta, continua na posse desse mesmo cidadão; e
Considerando que nos compete resguardar os interesses do Estado, integrantes de seu Poder Legislativo.
Requeremos se digno o Sr. Governador do Estado informar a esta Assembleia, com a urgência que se faz necessária:
1.º — Se o Estado tomou qualquer medida para recuperar a posse do citado imóvel;
2.º — Em caso de resposta positiva, quais as medidas tomadas e se judiciais ou extrajudiciais;
3.º — Quais os motivos pelos quais até a presente data o Estado não recuperou a posse do mesmo imóvel.
Sala das Sessões, 24 de novembro de 1961.
Camillo Ashcar — Cid Franco

REQUERIMENTO N. 1480, DE 1961

Requeremos seja consignado em ata um voto de louvor à escritora Lacerda, por ocasião do lançamento da centésima obra que traduziu para nosso idioma, o que constitui um das provas do intenso trabalho cultural que a cerca de 12 anos vem realizando em São Paulo.

Justificação

Nair Lacerda, que ontem foi homenageada por escritores artistas editores de São Paulo, por motivo da publicação da centésima obra que traduziu para o idioma nacional (algumas dessas obras contam vários tomos, como o caso das "Mil e Uma Noites", obra que se compõe de oito volumes), salientando de modo especial, em nossos círculos intelectuais, pela reunião de um certo número de predicados que dificilmente aparecem juntos numa só personalidade. A conceituada tradutora sobrepõe-se não só pelas qualidades profissionais e talento literário, que é realmente incomum, embora não muito divulgada em virtude de sua modestia, mas também por sua capacidade de devotação a nobres causas, por sua profunda humanidade.

Nair Lacerda encontrou em seu pai, o jornalista e verdadeiro após a República Alberto Velga, um guia e inspirador. Dêse intelectual, que em época e em seu ambiente surpreendia pelo arrojado das idéias e pureza das idéias (foi o patrono dos comerciantes santistas, que nele encontraram um guia para a defesa de suas reivindicações). Nair Lacerda recebeu a orientação que concorreu poderosamente para que se tornasse o que hoje é: uma escritora consagrada aos ideais mais altos do seu tempo.

Como jornalista, há anos, mantém, uma coluna em "A Tribuna", de não só de excelente padrão literário, mas também dedicada a defesa de todas as causas nobres.

No setor de conto, a ficcionista de Santos conquistou um lugar permanente nas antologias do gênero. Seu conto "Nhá Colaquinha Cheia de leite" que se converteu no filme "A primeira missa", de Lima Barreto, impõe-se como autêntica obra-prima e comprova a imparcialidade e compreensão da escritora, que, não sendo católica, realizou um trabalho que tem sido divulgado a favor da Obra das Vocações Sacerdotais.

Quanto aos seus méritos de tradutora, limitamo-nos a lembrar que ela recebeu os maiores elogios da crítica pelo esmero com que, há cerca de 12 anos, vem trasladando para o nosso idioma um número considerável de obras da literatura universal.

No campo do serviço público, a atuação de Nair Lacerda foi realmente marcante. Apoiada pelo prefeito Fioravante Zampol, fundou ela o Departamento de Cultura de Santo André e a Biblioteca Pública da mesma cidade.

Por todas essas razões, cremos que é justo e merece a aprovação unânime do plenário um voto de louvor à escritora Nair Lacerda.

Sala das Sessões, 29-11-1961.

(a) Cid Franco

REQUERIMENTO N. 1481, DE 1961

Requeiro, nos termos regimentais, ao Exmo. Sr. Governador do Estado se digno informar:

1.º — Qual o motivo por que, até a presente data, não foi instalado o Hospital de Clínicas regional, de Echaporá?

2.º — Tem ciência o Governo do Estado de que todo o material cirúrgico já adquirido, está sendo inaproveitado, com possibilidades de sua perda, pelo menos em parte?

3.º — Estando construído o prédio estando adquirido todo o material, vive mobiliário, qual o motivo preponderante que determina ao governo do Estado, através da Secretaria competente, a sua não instalação?

4.º — Com a falta de hospitais existentes em nosso Estado, quando providenciado pelo governo a sua instalação, que virá atender a grande parvosidade da população interiorana?

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1961

(a) Pinheiro Júnior

REQUERIMENTO N. 1482, DE 1961

Requeiro a consignação de um voto de congratulações com as autoridades e o povo de Lutécia pelo transcurso de mais um aniversário da criação do Município, no próximo dia 30 de novembro, e desta deliberação sejam incluídos o Sr. Prefeito Jurandir Fiori, o Presidente da Câmara Municipal e o Grupo Escolar.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1961.

(a) Jamil Dualibi

Justificativa

No próximo dia 30 de novembro, o município de Lutécia comemora um aniversário da sua criação. As autoridades locais, lideradas pelo Prefeito Jurandir Fiori, com apoio dos Vereadores da Câmara, vão festejar a efeméride. Nada mais justo, pois, a Assembleia Legislativa associar-se a essa festa já que foi este Poder quem deu as condições para a criação do referido município que hoje constitui um orgulho de nosso Estado.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente
Requeremos urgência para a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 1.128-61, proposto pelo Poder Executivo, dispondo sobre medidas de caráter econômico.

Sala das Sessões, 28 de novembro de 1961.

(a) Chaves de Amarante — Gustavo Martins — Benedito Matarazzo — Archimedes Lammoglia — Anacleto Barbosa — Marcondes Filho — Athlé Jorge Coury — Angelo Zanini — Sôlon Borges dos Reis — Dante Perri — Nagib Chaib — Padre Godinho — Cardoso Alves — José Costa — Lavínio Luchesi — Carlos Kherlakian — João Sussumu Hirata — Oswaldo Santos Ferreira — Luciano Lepera — Costabile Romano — José Maria Neves — Leonidas Ca-

marinha — Semi Jorge Resegue — Pinheiro Júnior — Murilo Souza Reis — Anibal Hamam — Jorge Nicolau — Leonidas Ferreira — Jamil Dualibi — José Felício Castellano — Augusto do Amaral.

REQUERIMENTO

Requeremos regime de urgência, para discussão e votação do projeto de lei n.º 1.128-61, que objetiva reajustar os vencimentos do funcionalismo estadual.

Justificativa

A presente urgência se justifica, em vista do projeto em questão, vigorar a partir de 1.º de janeiro de 1962, e não haver tempo material, para que cada proposição, permaneça nas comissões durante 30 dias em cada uma delas.

Como haverá recesso parlamentar, imperioso que se vote em regime de urgência a proposição de reajuste do funcionalismo de vez que a classe, sofre na carne o impacto da elevação do custo de vida.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1961.

(a) Pinheiro Júnior — Henrique Peres — Realindo Corrêa — Antônio Moreira — Cyro Albuquerque — Farabulini Júnior — Benedito Dias Gonzaga — Semi Jorge Resegue — Araripe Serpa — Marcondes Filho — Francisco Franco — Geraldo Martins — Murilo Souza Reis — Benedito Matarazzo — Athlé Jorge Coury — Augusto do Amaral — Costabile Romano — Luis Roberto Vidigal — Anacleto Barbosa — Oswaldo Santos Ferreira — Germinal Feijó — Archimedes Lammoglia — Jamil Dualibi — Luciano Lepera — Fernando Mauro — Leonidas Camarinha — José Maria Neves — José Felício Castellano — Anibal Hamam — Dante Perri — Alfredo Farhat.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente
Requeiro a Vossa Excelência enviar cópia desse meu discurso dirigido às autoridades Federais.

Encareço a Vossa Excelência, eminente Presidente desta Assembleia, que o assunto é máximo interesse e urgência.

Sala das Sessões, em 29 de novembro de 1961.

(a) Dante Y Perri

REQUERIMENTO

Senhor Presidente
Nos termos do Requerimento, requeiro a anexação ao projeto de lei n.º 1.220-61 de minha autoria, do projeto n.º 1.235-61 por versar sobre a mesma matéria.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1961.

(a) Jamil Dualibi

REQUERIMENTO

Senhor Presidente
Requeiro, nos termos do artigo 59 do Regimento Interno, a designação do relator especial para o Projeto de lei n.º 584, de 1961, de minha autoria, que se encontra na Comissão de Justiça há mais de 30 dias.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1961.

(a) Mário Telles

REQUERIMENTO

Senhor Presidente
Encontrando-se o Projeto de lei n.º 544-61 na Comissão de Educação e Cultura desde o dia 19 de outubro último, sem distribuição, venho requerer a V. Exa., tendo em vista a importância da matéria nele contida, a designação de relator especial.

Cordialmente,
Sala das Sessões, 29-11-1961.

(a) Santilli Sobrinho

REQUERIMENTO

Sr. Presidente
Solicito a V. Exa. o obséquio de designar Relator Especial ao Projeto de Lei n.º 880, de 1961, de minha autoria, que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça, desde 16-10-61.

Sala das Sessões, 25 de novembro de 1961

(a) Oswaldo Santos Ferreira

REQUERIMENTO

Sr. Presidente
Requeiro, nos termos do artigo 59 do Regimento Interno, a designação de relator especial para o Projeto de lei n.º 561, de 1959, de minha autoria, que se encontra na Comissão de Educação e Cultura há mais de 30 dias.

Sala das Sessões, 24 de novembro de 1961

(a) Onofre Gosuen

REQUERIMENTO

Sr. Presidente
Solicito a Vossa Excelência se digno autorizar-me a entrar em licença, por 5 dias.

São Paulo, em 29 de novembro de 1961

(a) Carmelino Caló

REQUERIMENTO

Sr. Presidente
Requeiro a Vossa Excelência, a partir desta data, cinco (5) dias de licença para tratamento de saúde, conforme prova o atestado médico incluso.

S. Sessões, 29-11-1961

(a) Wilson Lapa

MOÇÕES

MOÇÃO N. 132 DE 1961

A Assembleia Legislativa do Est. de S. Paulo apela aos srs. Presidente da República e Presidente do Conselho de Ministros no sentido de não se permitir a importação de pêssegos semi-industrializados da Argentina e que sejam adotadas medidas energéticas para se impedir a entrada clandestina desses produtos.

Justificativa

Como é do conhecimento de todos vem sendo cada vez mais satisfatória a produção de pêssegos em nosso país, principalmente no Estado de São Paulo. Os fruticultores de São Paulo, a despeito das enormes dificuldades, vêm dando o melhor dos seus esforços não só para aumentar a produção como para melhorar a sua qualidade. Os nossos pomares não só produzem pêssegos para mesa como uma grande quantidade de pêssegos para a indústria. Não se compreende que o Brasil importe pêssegos da Argentina em detrimento do produto nacional. Faz-se necessário um veemente apelo às autoridades máximas da Nação para que tudo seja feito em prol da defesa da agricultura nacional.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1961

(a) João Sussumu Hirata

(a) Cyro Albuquerque

(a) Almeida Pinto

MOÇÃO N. 133, DE 1961

A Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo atendendo a justíssima reivindicação dos municípios paulistas, apela ao Exmo. Sr. Primeiro Ministro, no sentido de que sejam determinadas providências com a urgência que se impõe, visando seja paga aos municípios bandeirantes a cota do imposto de renda que lhes é devida pela União.

Sala das Sessões, 29 de novembro de 1961.

(a) José Costa

Justificativa

São numerosos os municípios do Estado de São Paulo que estão na dependência direta de receber a cota do imposto de renda que lhes cabe, a fim de poderem realizar obras inadiáveis, e deveras vultosas, com as quais não poderão arcar com seus próprios recursos, para poderem alcançar o progresso já conhecido por muitas de nossas comunas.

Ademais, inclusive já houveram por bem as autoridades em incluir nos orçamentos municipais o montante que lhes é destinado pelo Governo federal.

Face ao exposto, confiamos em que o Exmo. Sr. Primeiro Ministro atenderá às autoridades municipais de São Paulo, dando-lhe meios para que possam atender aos reclamos populares.